

INDICAÇÕES LITERÁRIAS

DIREITO PENAL BRASILEIRO

Por Laurita Hilário Vaz*

SIQUEIRA, Galdino. *Direito Penal Brasileiro*: (segundo o Código Penal mandado executar pelo Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890, e leis que o modificaram ou completaram, elucidados pela doutrina e jurisprudência). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

I

Galdino Siqueira, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do antigo Distrito Federal, nasceu em 23 de janeiro de 1874, na cidade de Mococa, em São Paulo.

Foi professor catedrático de Direito Penal e Prática de Processo Penal da Faculdade de Direito de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, membro da Sociedade Brasileira de Criminologia e sócio correspondente da Academia Mexicana de *Ciencias Penales*, México.

Foi promotor público durante vinte e um anos: primeiramente em sua terra natal, nas comarcas de Santa Cruz das Palmeiras e de Dois Córregos; depois, assumindo o Marechal Hermes da Fonseca o governo do país, Rivadavia Correia, então Ministro da Justiça, nomeou-o 5º Promotor Público do Distrito Federal, cargo que ocupou até agosto de 1919.

Classificado em concurso público pela antiga Corte de Apelação do Distrito Federal, atual Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, presidiu o Tribunal do Júri e foi juiz de Direito da 4ª Vara Criminal, da 5ª Vara Cível e da 2ª Vara de Órfãos e Sucessões.

No exercício profissional, identificou-se, desde cedo, com o Direito Penal, do qual não foi apenas teorizador mas, sobretudo, responsável pela revolução científica e histórica que se processaria no país sobre o tema.

A sua obra de estréia – Prática Forense –, com a qual firmou crédito de escritor, foi redigida em 1907. Em 1910 deu a lume o Curso de Processo Penal, que mereceu francos elogios dos operadores do Direito. Seguiram-se várias monografias: *A Extradução* (1912), *O Impeachment no Regimen Constitucional Brasileiro* (no mesmo

ano), *A Perícia nos Crimes de Incêndio* (1917) e *Vigilância das Sociedades Operárias. Greves. Identificação de Trabalhadores do Estado ou de Repartição dele Dependentes. A Polícia e os Menores Empregados e Operários* (no mesmo ano).

Em 1911, o Congresso delegou ao Poder Executivo a atribuição de formular um novo projeto de Código Penal para substituir o Código Penal Republicano, vigente à época. O Ministro da Justiça e Negócios Interiores incumbiu Galdino Siqueira da elaboração do projeto, que foi concluído em 1913, não chegando, porém, a ser objeto de consideração legislativa.

Com a publicação de *Direito Penal Brasileiro* (primeiras edições de 1921 e 1924), Galdino Siqueira notabilizou-se “cientista do Direito”.

Não obstante ser intitulada a obra simplesmente *Direito Penal Brasileiro*, Esmeraldino Bandeira, ao prefaciá-la, ao prefaciá-la, ao prefaciá-la, a ela se refere como *Tratado de Direito Penal Brasileiro*, aspecto que justifica ter sido considerada monumental por juristas pátrios e estrangeiros, digna de figurar entre os mais apreciáveis “Códigos do tempo”.

II

A obra *Direito Penal Brasileiro*, composta de dois volumes – Livro I (Parte Geral) e Livros II a IV (Parte Especial) –, é rica em jurisprudência nacional e estrangeira e repleta de referências a correntes doutrinárias e a uma ampla gama de autores de renome.

Iniciando o primeiro volume, Galdino Siqueira faz um breve retrospecto histórico do Direito Penal brasileiro, identificando três períodos distintos. O primeiro período apontado tem início com a Independência (7 de setembro de 1822), quando, à míngua de legislação penal contemporânea, continuaram a vigorar as Ordenações Filipinas. O segundo principiou, conforme Galdino Siqueira, em 1831, com o primeiro Código Criminal Brasileiro, sancionado pelo Imperador D. Pedro I. O marco do terceiro período identificado foi a entrada em vigor do segundo Código, decretado pelo Governo Provisório da República em 1891.

O Livro I é dividido em seis títulos:

Título I - Da aplicação e dos efeitos da lei penal;

Título II - Dos crimes e dos criminosos;

Título III - Da responsabilidade criminal; das causas que dirimem a criminalidade e justificam os crimes;

Título IV - Das circunstâncias agravantes e atenuantes;

Título V - Das penas e seus efeitos; da sua aplicação e modo de execução;

Título VI - Da extinção e suspensão da ação penal e da condenação.

Nessa parte do livro, o autor expõe com minudência aspectos sobre a culpa, o dolo e a intenção. Filia-se, nesse particular, à teoria da representação, que reconhece a existência do dolo eventual, afastando-se de correntes doutrinárias contemporâneas que defendiam o *dolus indirectus* (intenção indireta, cujos limites comumente se confundiam com os da culpa) e também repudiando a idéia de que o dolo identificar-se-ia com a simples vontade.

Entende Galdino, ademais, que, deixando de ser a circunstância um pacto acessório ou accidental do crime, perde a propriedade de agravar em concreto a pena, servindo, tão-só, para compor com os outros elementos a figura do delito.

No que diz respeito à pena de multa, vale transcrever as próprias palavras do autor:

(...) mesmo executada a multa, dada a uniformidade de sua taxa variável só quanto à gravidade do delicto, mas não quanto á condição social do delinqüente, chegamos, sob a aparência da igualdade, á mais flagrante desigualdade na distribuição do castigo; a mesma condenação pecuniaria tornando uma diversão para o rico e a ruína para o pobre, para um a impunidade, para outro uma irrisão (p. 651).

Sobre a decretação da prisão preventiva e a expedição do mandado de prisão, ressaltou, já demonstrando o seu caráter humanista:

A prisão preventiva só deve ser decretada quando fôr necessaria ou conveniente aos interesses da sociedade. A lei, porém, não estabelece regras nem limites para esses casos de necessidade ou conveniencia: deixa a sua apreciação ao criterio e honorabilidade do juiz. A doutrina e a jurisprudencia esforçam-se em detalhar alguns desses casos, para a limitação do arbitrio, referindo-se aos perigos da fuga, da pratica de outros crimes, de embaraço á acção da justiça e até de represália contra o próprio réo. A acção do juiz não está adistricta, porém, aos casos indicados; não são elles normas fixas, exclusivas do seu procedimento. Só o erro manifesto, o abuso, a arbitrariedade, que nunca se presumem poderão legitimar a revogação de um acto que a lei confiou ao juízo prudente da autoridade processante. (...)

A concessão do mandado de prisão preventiva deve ser sempre apoiada em prova de que resultem indícios vehementes de culpabilidade do réo e também na conveniencia ou necessidade plenamente justificada da mesma prisão. Desde que os indícios justificativos da prisão preventiva foram destruídos ou fortemente

abalados na formação da culpa, deve cessar a medida anteriormente decretada, principalmente quando em face do encerramento do summario de culpa, desapareceu por completo o receio de poder o accusado solto perturbar a acção da justiça (p. 663).

E, a respeito do crime continuado, preleciona de forma brilhante o autor:

O crime continuado (...) consiste na pratica interrompida e reiterada da acção que o constitue, ou é aquelle que apresenta uma pluralidade de acções que externa ou materialmente consideradas deveriam constituir outros tantos crimes da mesma especie, mas que se punem como um crime unico, attenta a unicidade de resolução.
(...)

As diversas acções são como contas eguaes engrazadas num só fio, ou os multiplos flosculos de certas flores (p. 679/680).

Ainda no primeiro volume, o autor classifica a prescrição em duas espécies: prescrição da ação penal e prescrição da condenação. A primeira espécie, fundada no esquecimento presumido do delito, *deve produzir os mesmos efeitos da anistia, e assim apaga o character delictuoso do facto*. A prescrição da condenação, porém, *não apaga o que registra a sentença, acentua*.

O segundo volume da obra *Direito Penal Brasileiro* (Parte Especial) foi publicado em 1924 – cerca de três anos após o lançamento do primeiro –, sendo composto dos Livros II, III e IV.

Ao introduzir a Parte Especial, Galdino Siqueira explica:

A necessidade de uma classificação das especies delictuosas se patenteou, quer no ponto de vista doutrinario, quer no legislativo.

Effectivamente, a exposição systematica dos delictos, segundo determinado criterio, representa um efficaz coefficiente para melhor conhecer a essencia de cada um e respectivas relações, além de mostrar qual a concepção que a seu respeito teve o legislador.

Iniciando o volume, o Livro II, que trata dos crimes e das penas, encontra-se subdividido nos seguintes títulos:

Título I - Dos crimes contra a existência política da República;

Título II - Dos crimes contra a segurança interna da República;

Título III - Dos crimes contra a tranqüilidade pública;

Título IV - Dos crimes contra o livre gozo e exercício dos direitos individuais;

Título V - Dos crimes contra a boa ordem e administração pública;

Título VI - Dos crimes contra a fé pública;

Título VII - Dos crimes contra a Fazenda Pública;

Título VIII - Da corrupção de menores; dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor;

Título IX - Dos crimes contra a segurança do estado civil;

Título X - Dos crimes contra a segurança da pessoa e vida;

Título XI - Dos crimes contra a honra e a boa fama;

Título XII - Dos crimes contra a propriedade pública e particular;

Título XIII - Dos crimes contra a pessoa e a propriedade.

O Livro III trata das contravenções em espécie, subdividindo-se em treze capítulos.

Finalmente, o Livro IV trata das disposições gerais do anterior Código Penal brasileiro.

III

Atendendo às diversas solicitações vindas de todos os pontos do país para reeditar o *Direito Penal Brasileiro*, Galdino Siqueira se propôs a essa tarefa e o fez em 1932. Outra preocupação não teve, disse o mestre cientista no prefácio da 2ª edição, *senão ser útil, especialmente aos que se iniciam na aprendizagem do direito penal, cuja transcendente importancia sobressahe por ser a exacta expressão da civilização de um povo.*

Ainda no prefácio da reedição do livro, reproduzindo os ensinamentos de Ihering, acrescentou:

... de todas as noções do direito, a da pena é a mais importante no ponto de vista da historia da civilização. Ella é o reflexo do pensamento e do sentimento do povo em uma época determinada; dá o nível exacto de sua moralidade e, semelhante a uma cera molle, recebe e guarda fielmente o cunho de todas as phases do desenvolvimento moral da nação.

Seculos inteiros passaram sobre as outras noções do direito sem deixar vestigios: as noções fundamentaes dos direitos reaes de Roma, a propriedade, a posse, as servidões, permaneceram, pouco mais ou menos, o que eram ha dois mil annos.

Em vão as interrogariamos sobre as variações que soffreram, no intervallo, os povos que ellas regeram.

Essas noções representam, por assim dizer, o arcabouço, a ossatura do organismo do direito, que não soffre mais mudanças, desde que chegue ao seu pleno desenvolvimento.

Mas é no direito penal que se encontra o centro onde vão ter os nervos mais vivazes, as veias mais delicadas desse organismo; cada impressão, cada sensação, nelle se traduz exteriormente e de um modo visível.

O direito penal é a face do direito a reflectir a individualidade inteira do povo, o seu pensamento, os seus sentimentos, o seu character, as suas paixões, o seu grão de civilização ou de barbaria, toda a sua alma, em uma palavra, é o povo mesmo.

A historia do direito penal dos povos é um fragmento da psychologia da humanidade.

Ao prefaciá a 1ª edição da obra de Galdino Siqueira, ressalta Esmeraldino Bandeira os seguintes aspectos:

Tanto no ponto de vista jurídico e legal, quanto no aspecto social e doutrinário, o Dr. Galdino Siqueira se revela um criminalista perfeitamente em dia com os avanços da sua vasta sciencia.

O grande estudo que ha muitos annos vem ininterruptamente fazendo do direito e da sciencia criminal; a extensa penetração de sua forte intelligencia; e a fecunda intuição de seu bem formado espirito, junta á longa experiencia de Orgão do Ministerio Publico e de Juiz Criminal – o aparelharam, como a muito poucos, de instrucção e de recursos para desempenhar-se com personalidade scientifica e opulenta erudição do difficilimo trabalho de uma obra moderna de Direito Criminal.

Versado, como os que mais o forem, na sciencia e na litteratura juridico criminal, patrias e estrangeiras, conhece a historia pregressa de cada um dos artigos do Codigo Criminal e do Codigo Penal brasileiro, e a sua evolução scientifica dentro e fóra do Brazil.

(...)

Tão perfeitamente ao par está elle com as sciencias que estudam o crime como as que estudam o criminoso.

(...)

A doutrina para elle verdadeira é a que satisfaz ás interrogações de seu espirito e ás exigencias de sua consciencia. Por isso é que não acceita nenhuma integralmente e nem integralmente repulsa nenhuma.

O valor do trabalho também foi aclamado com entusiasmo por Esmeraldino Bandeira. De suas palavras destacam-se os seguintes trechos:

Si o valor do livro moderno se afere principalmente pela somma de utilidade que presta ás actividades honestas da vida social, de valor incontestável é o Tratado do Dr. Galdino Siqueira.

Estudando um por um dos dispositivos do Cod. penal vigente, reconstitue o Tratado cada um d'esses dispositivos no seu verdadeiro sentido litteral e alcance scientifico; mostra-lhe a correção ou o defeito da fôrma; a comprehensão exacta ou a deficiencia maior ou menor de sua redacção; discute e propõe as formulas substitutivas.

(...)

Outras qualidades ainda se encontram no Direito Penal brasileiro. Entre essas, podem enumerar-se a clareza da phrase; a tranquillidade do estylo; a travação logica dos assumptos; a segurança e a unidade do methodo."

Ao concluir o prefácio da 1ª edição, Esmeraldino Bandeira proferiu francos elogios ao mestre Galdino Siqueira, oportunidade em que acentuou que a obra – orgânica da ciência jurídica nacional – junto a outras do mesmo autor que na oportunidade enumerou – "Curso de Processo Criminal, Projecto de Codigo Penal Brasileiro e a oração produzida sobre o Assassinato do General Pinheiro Machado – asseguram ao Sr. Dr. Galdino um lugar inconfundivel entre os melhores criminalistas contemporaneos".

O mestre Nelson Hungria¹, de saudosa memória, ao se reportar a Galdino Siqueira, afirmou tratar-se do *mais completo tratadista de Direito Penal do Brasil* e, sobre a sua contribuição para o Direito Penal brasileiro, observou:

Dele se pode dizer que foi quem introduziu, entre nós, o estudo do lídimo direito penal como ciência normativa. Antes dele o que havia era a insipiência do conhecimento, a indisciplina das idéias, o superficialismo exegético, a dubiedade dos critérios, a dispersão dos rumos, a improvisada biografia more mercatorio, os comentários sem espírito de sistema. (...)

Foi com os seus dois volumes sobre o "Direito Penal Brasileiro" (1921/1924) que se alcançou, afinal, uma inteligível e minuciosa construção dogmática do nosso então fragmentário direito positivo em matéria penal... Até então, a literatura jurídico-penal no Brasil não passava de epítomes destinados a estudante vadio ou a anotações

lacônicas e rotineiras, que estavam para a ciência penal como um fio d'água está para um rio caudaloso.

E, sobre a inteligência, o espírito científico e o raciocínio de Galdino Siqueira, acentuou:

(Ele) teve o mérito de formular, dentro de linhas precisas, a teoria do direito penal nacional, tornando possível que a ela se afeioasse a prática forense, até então sistemática e dispersiva. Deu-nos um corpo de doutrina que nos ligou ao pensamento jurídico-penal da época e rasgou amplos horizontes aos nossos olhos inexperitos. Assenhoreando-se de profunda cultura, pôde ter aquilina visão de conjunto da ciência do direito penal e ofereceu-nos uma exposição concactenada e exaustiva de doutrinas e ensinamentos como jamais tivéramos.

IV

Vê-se, pela breve exposição, que a vida do codificador, tratadista, magistrado, professor e cientista Galdino Siqueira e suas obras são de inegável importância para a história do Direito brasileiro.

Tanto é que, mais de vinte anos após sua morte, o Instituto dos Advogados Brasileiros, do qual era ele membro ilustre, homenageou, em sessão solene realizada no dia 6 de outubro de 1982, a sua memória. Na ocasião, falou em nome do Instituto o Dr. Sebastião Rodrigues Lima, que, em sua oração, destacou o saber jurídico e a pessoa do saudoso homenageado, dizendo:

Exemplo de juiz, de democrata e de cidadão, cuja memória reverenciamos nesta noite memorável, e cuja figura intelectual e humanística de um brasileiro extraordinário e de um cidadão inigualável, tentarei retratar-vos, porque em sua forte e marcante personalidade se reuniram o promotor, o juiz, o jurisconsulto, o professor, o pai, o chefe de família terno e amoroso, o cidadão que tanto serviu ao Brasil. Galdino não foi só um grande Promotor. Foi também grande juiz, grande professor, grande tratadista e, pelo seu estudo permanente do Direito Criminal, co-autor necessário de todos os empreendimentos que se levaram a efeito na matéria.

Para encerrar a sessão, que a muitos emocionou, o Desembargador Galdino Siqueira Netto manifestou, em nome da família, os agradecimentos pela homenagem, oportunidade em que salientou a importância e a necessidade de o povo brasileiro cultuar, sempre que possível, as grandes figuras do Direito.

De fato, os depoimentos aqui transcritos, advindos de mestres do Direito e julgadores exigentes, vêm confirmar a preciosa contribuição do mestre Galdino Siqueira para o Direito Penal brasileiro.

Em conclusão, impende ressaltar que os dados gentilmente fornecidos pelo Desembargador Galdino Siqueira Netto constituíram valiosos elementos para a elaboração deste singelo prefácio.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

- 1 DRUMOND, J. E. Pizarro. Galdino Siqueira e a Ciência Penal no Brasil. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 139, n. 583 e 584, p. 523-525, jan./ fev. 1952.

***Laurita Hilário Vaz é Ministra do Superior Tribunal de Justiça.**